



COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Área: ECONOMIA

AVELAR, João Marcos Borges

RESUMO

A competitividade das regiões constitui-se num elemento fundamental para que haja desenvolvimento econômico e social de certas localidades. No cenário nacional e internacional, não é raro que num mesmo estado ou país haja diferenças no desenvolvimento de suas regiões. Compreender essa dinâmica de desenvolvimento regional e identificar os fatores que possam contribuir para que uma região se torne mais produtiva e com isso, mais competitiva é o foco do presente trabalho. Também serão abordadas as principais tipologias das regiões e como elas influenciam o processo de geração de empregos, renda e de desenvolvimento local.

Palavras-Chaves: Competitividade, produtividade, regional.

2. COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A competitividade das regiões tem sido o centro de profundas discussões, tanto no meio empresarial bem como meio científico. A tentativa de compreendê-la é objeto de estudo de diversas correntes teóricas, sendo que, a ausência de um consenso sobre o termo gera muitas controvérsias e dúvidas conceituais, o que continua a fomentar intensos debates sobre o assunto. Para se chegar a um conceito de competitividade, torna-se indispensável conhecer os fatores capazes de impulsioná-la e mantê-la por longos períodos de tempo. Para tanto, é preciso entender o conceito lato de competitividade, tanto em nível microeconômico como em nível macroeconômico. Em nível microeconômico, o conceito de competitividade é de mais fácil compreensão e de aceitabilidade no meio científico, pois utiliza-se como referência a capacidade das empresas em competirem e ampliarem suas atividades. Essa condição é traduzida na capacidade das empresas em produzirem produtos e serviços capazes de atender às exigências dos mercados nacionais e internacionais em termos de preços e qualidade. Entretanto, em nível macroeconômico, não há um consenso sobre o conceito da



competitividade. Krugman* Apud OECD (2003) afirma que é incorreto fazer uma analogia entre uma nação e uma empresa, uma vez que os indicadores de sucesso de uma empresa são diferentes dos indicadores de sucesso de uma nação. O citado autor afirma também que ao se falar de competitividade, fala-se de certa forma em produtividade, pois o crescimento de uma região é determinado essencialmente pela taxa de crescimento da produtividade.

O relatório da OECD (2003), traz a seguinte definição: “a competitividade de uma nação é o grau em que ela pode, sob livres e justas condições de mercado, produzir bens e serviços que atendam aos testes internacionais de mercado e simultaneamente, promova a expansão do rendimento real dos seus cidadãos” (OECD, 2003, p.8)

Uma economia competitiva ocorre quando sua população pode se beneficiar de padrões elevados e crescentes de qualidade de vida e de empregos, numa base sustentável. Isso remete à idéia de que o nível de atividade econômica de um país não pode comprometer o bem-estar das futuras gerações, bem como não pode negligenciar as questões sociais de uma nação. Em nível nacional, a competitividade tem como base um alto desempenho da produtividade em atividades capazes de gerar altos níveis salariais e que promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, expandindo as oportunidades de empregos e ao mesmo tempo mantendo o equilíbrio comercial no mercado internacional. De acordo com o exposto, podemos identificar três elementos da competitividade macroeconômica. O primeiro refere-se a um sucesso econômico avaliado em termos do aumento de habitantes e dos rendimentos reais. O segundo elemento está na capacidade de superar concorrência efetiva ou potencial de produtos estrangeiros. Por último, a competitividade não deve criar desequilíbrios que resultem na incapacidade de um bom desempenho atual se tornar insustentável com o passar do tempo.

Provavelmente, uma das grandes questões para a análise da competitividade é identificar os fatores responsáveis pela sua existência. Na seqüência apresentaremos algumas questões que podem auxiliar no melhor entendimento da competitividade regional.

* KRUGMAN, P., 'Competitiveness: A Dangerous Obsession'. *Foreign Affairs*, 1994, Vol. 73(2), pp. 28-44.



2.1. COMPETITIVIDADE REGIONAL

A competitividade regional é uma expressão cujo conceito ainda não é aceito de forma consensual, sendo tido por muitos como algo mal definido e confuso. No sexto Relatório Periódico da Comissão Europeia apud* OECD (2003), a competitividade regional está associada à capacidade que uma região tem de gerar renda e empregos mesmo estando exposta à concorrência externa. Isso leva à conclusão de que para uma região ser competitiva, é importante garantir tanto a quantidade como a qualidade dos postos de trabalho existentes, bem como, sua ampliação. Apesar de numa mesma região co-existirem empresas competitivas e empresas não-competitivas, existem características comuns na região que afetam a competitividade de todas as empresas nela localizadas. Portanto, compreender a produtividade é um fator extremamente importante para a competitividade. A melhor compreensão dos fatores que aumentam a produtividade é um elemento essencial para o desenvolvimento de estratégias para a competitividade regional. Contudo, o enfoque na produtividade não deve inviabilizar a questão de traduzir ganhos de produtividade em salários mais altos, a análise dos arranjos institucionais e das estruturas de mercado. A economia regional tem capacidade para aperfeiçoar seus recursos humanos, sua estrutura física e seu tecido empresarial, e com isso, condições de competir e prosperar no mercado nacional e internacional, bem como, a capacidade de se adaptar às mudanças desses mercados. É evidente que existem limites, principalmente, em razão de que algumas leis que regem os mercados internacionais não operam no sub-nacional, sendo que algumas não funcionam corretamente ou não existem em nível regional.

Conforme Avelar (2009), Para uma melhor compreensão da competitividade regional, torna-se necessária a busca de elementos na literatura teórica que contribuam para tanto. Vertentes teóricas deixaram suas contribuições para o melhor entendimento da Competitividade Regional. Importantes escolas da teoria econômica trouxeram de forma implícita ou explícita contribuições de relevante importância para qualquer discussão que envolva o tema competitividade regional. A teoria clássica associou as diferenças de competitividade das nações à divisão do trabalho e a especialização, que permitem o desenvolvimento das economias de escala. Sendo assim, as vantagens comparativas seriam as

* European Commission, Sixth Periodic Report on the Social and Economic Situation of Regions in the EU, 1999.



responsáveis por tornar uma nação mais competitiva, e as diferenças de produtividade entre os países foram atribuídas às questões tecnológicas e a diferenças naturais existentes entre estes. Para os neoclássicos, o pressuposto básico para a competitividade é que há a mesma tecnologia em todos os países e que as vantagens comparativas nascem das diferenças de abundância dos fatores de produção de um país em relação a outros.

Na teoria Keynesiana, os fatores de capital e trabalho passam a ser tratados como fatores complementares, divergindo dos conceitos clássicos, que os tratavam de forma independente. Um outro ponto importante dessa linha teórica para a competitividade foi a defesa de que os governos podem intervir com sucesso nos ciclos da economia, e que políticas de desenvolvimento econômico direcionadas podem contribuir para o crescimento das regiões.

A Teoria do Desenvolvimento Econômico trouxe a discussão sobre o livre comércio e os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), defendendo que são necessárias políticas econômicas para desenvolver uma região, principalmente através de IDE ou de Fundos de Desenvolvimento, e que tais políticas devem considerar o estágio de desenvolvimento da região.

Já na Teoria do Crescimento Endógeno, a tecnologia é classificada como uma variável endógena. O pressuposto principal dessa teoria é que a acumulação do conhecimento gera retornos crescentes. A difusão desse conhecimento é acessível aos demais agentes desde que não haja barreiras jurídicas, como o registro de patentes, que impeçam essa socialização. Porém, tanto o conhecimento como o Know-How não são divulgados de forma instantânea entre os agentes. Uma outra importante contribuição da Teoria do Crescimento Endógeno foi a formalização da importância do capital humano nas questões da produtividade. Os trabalhadores quando recebem qualificação adequada tendem a tornarem-se mais produtivos e inovadores, o que é benéfico tanto para as empresas como para as economias regionais. Nessa linha de raciocínio, tanto as empresas como os governos têm um incentivo para investir na formação dos trabalhadores e na escolaridade de todas as pessoas de uma região. As diferenças regionais na produtividade e no crescimento podem ser explicadas pelas diferenças em termos de tecnologia e capital humano, e que, melhorias na tecnologia e no capital humano são os motores do crescimento. Outras idéias relevantes para a compreensão da



competitividade derivadas dessa corrente teórica é que a abertura do comércio pode ser uma ação de apoio ao crescimento e o desenvolvimento tecnológico; os investimentos em pesquisa são fundamentais para o desenvolvimento econômico e que melhorar o capital humano, tanto na escolaridade como na formação profissional é de extrema importância para assegurar a competitividade de uma região.

Na Nova Teoria do Comércio há uma tentativa de explicar as trocas comerciais entre os países industrializados. Na concepção clássica e neoclássica, o comércio ocorre entre países com diferentes tecnologias. Contudo, essas teorias são incapazes de explicar o comércio entre países ou regiões que sejam detentores de tecnologias similares. Da mesma forma, não conseguem explicar a razão pela qual existem diferentes estruturas produtivas em regiões semelhantes. Assim, as teorias das vantagens comparativas são insuficientes para explicar o comércio entre os países industrializados e pouco acrescentam ao entendimento da competitividade das regiões. Essa vertente teórica atribui às economias de escala, à diferenciação dos produtos e à concorrência imperfeita, a explicação para os fluxos comerciais entre países industrializados. Assim, o aumento dos retornos é um fator motivacional para maior especialização e para a ampliação do comércio. Neste contexto, pode haver comércio mesmo quando as vantagens comparativas se revestem de importância reduzida. A Nova Teoria do Comércio também pode ser vista sob a ótica da eficiência produtiva, que é influenciada pela qualificação da força de trabalho, pelo nível tecnológico, pela economia de escala, pelas ações estratégicas dos agentes econômicos e pela inovação tecnológica e institucional.

A especialização da indústria e o tamanho do mercado interno são fatores cruciais para a obtenção de economias de escala. O investimento no trabalho qualificado, infraestrutura, redes de fornecedores e tecnologias, exercem o poder de ampliar tais economias. Portanto, percebe-se que o conceito de competitividade regional torna-se mais compreensível quando se utiliza de modelos econômicos que incorporam as economias de escala, a concorrência imperfeita e a inovação empresarial. Além dos enfoques teóricos mencionados, também é necessário o estabelecimento de outros vínculos com outros estudos para discorrer sobre a competitividade das regiões.



De acordo com o Relatório da OECD (2003), para o entendimento da competitividade regional, além da perspectiva macroeconômica, também são necessários alguns esclarecimentos adicionais que nascem da microeconomia e da sociologia. Embora haja uma vasta literatura sobre o assunto, destacamos neste trabalho alguns conceitos fundamentais que ajudam na elaboração de uma base teórica para o tema, como os trabalhos da Teoria do Crescimento Urbano, a Teoria dos Custos de Operação e a Teoria do Empreendedorismo.

Na Teoria do Crescimento Urbano, Jacobs* (1969) apud OECD (2003), argumenta que são os sistemas urbanos que criam e acumulam a riqueza econômica. A cidade é o local onde são criados os retornos crescentes por meio da troca de conhecimentos entre as empresas e os agentes econômicos, e que a aglomeração urbana tende a reduzir os custos de pesquisa e aumentar as oportunidades de inovação. Isso auxilia na capacidade competitiva de uma região.

A Teoria dos Custos de Operação fornece outra perspectiva microeconômica para a compreensão da competitividade regional. De forma contrária às Teorias Estruturalistas da Organização Industrial, ela defende que a dimensão das empresas não pode ser explicada pelas economias de escala. Segundo essa teoria, a competitividade da empresa pode ser melhorada por meio da redução dos custos de transações gerados pela elaboração de contratos, monitoramento de desempenho e organização de atividades relacionadas ao processo de comunicação e tomada de decisões. Quando a empresa encontra meios de evitar ou reduzir esses custos, torna a transação menos onerosa e com isso pode aumentar sua competitividade frente às outras empresas.

Dunning* apud OECD (2003), comenta que a partir da década de 1970, muitas discussões têm sido travadas sobre a compreensão dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IDE), em particular, ao comportamento da empresa transnacional. Existem duas principais e distintas razões pelas quais uma empresa multinacional se instala num determinado país. A primeira é poder melhor atender ao mercado local, a segunda é poder obter insumos a custos

* JACOBS, J., *The Economy of Cities*, Random House, New York, 1969.

* DUNNING, J., *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Addison-Wesley, Wokingham, 1993.



baixos. No primeiro caso o IDE é classificado como horizontal, uma vez que normalmente implica em novas plantas industriais, envolvendo investimentos nos países. No segundo caso o IDE é classificado como Vertical e implica o deslocamento de atividades específicas para locais de baixo custo. Nesse caso, há normalmente uma fragmentação do processo produtivo da empresa para locais onde se consiga operar com menores custos. Isso se traduz na exploração de fatores de produção abundantes no local em que a empresa se instala, como por exemplo, mão-de-obra e insumos baratos.

Na Teoria do Empreendedorismo, defende-se que devido à concorrência e redução dos lucros, as empresas são obrigadas a realizarem inovações técnicas e financeiras, e que os resultados dessas inovações geram o crescimento econômico. A mudança tecnológica e a inovação são, portanto, fatores de crescimento econômico, criando assim a economia evolutiva Schumpeteriana. Sob essa ótica, as empresas são incentivadas a participar de atividades inovadoras pelo fato de que as novas tecnologias tendem a oportunizar a geração de maiores lucros monopolistas. Isso só decresce quando essa nova tecnologia se torna pública e disponível às empresas concorrentes.

A inovação permite a uma empresa gerar novos produtos com maior qualidade do que os produtos das empresas concorrentes. Surge então a noção da escada da qualidade. As empresas e países que sobem a escada da qualidade podem pagar salários mais elevados em razão de oferecerem produtos com maior qualidade, e com isso, aumentam sua competitividade.

A interação entre competências empreendedoras e fatores ambientais acabam determinado a seleção de novas idéias e de novos produtos. Sendo assim, na economia evolutiva, inovação e aprendizagem são fatores preponderantes para uma região ser competitiva.

Todas as teorias citadas revestem-se de grande relevância para uma maior compreensão da competitividade regional. Porém, é preciso ainda, adicionar elementos de uma dimensão territorial para que essa análise seja mais completa. Ao discutir a competitividade regional, três concepções de competitividade serão destacadas: 1) Regiões como locais de exportação e de especialização na fabricação de um determinado tipo de



produto; 2) Regiões como fontes de retornos crescentes; 3) Regiões como pontos de conexão de conhecimento.

Durante a década de 1970, houve por parte da geografia econômica uma grande preocupação com a dinâmica da localização industrial e com os fatores determinantes da geografia das atividades econômicas, sendo que a maior parte dos trabalhos tiveram como base os conceitos da teoria neoclássica.

Uma outra perspectiva de desenvolvimento econômico das regiões também foi associada ao sucesso de suas exportações. O modelo mais simples para explicar tal fenômeno é o modelo da base econômica, em que o crescimento de uma região depende quase que exclusivamente do crescimento de suas exportações.

A teoria da base de exportação foi criada por Douglas C. North, sendo que os resultados desses estudos foram publicados num artigo em 1955. A essência dessa teoria é que as atividades de exportações são o motor para o desenvolvimento regional. North é considerado o primeiro autor a tratar do tema, cujo trabalho procurou estudar o desenvolvimento das regiões canadenses e americanas no século XIX e sua relação com o avanço das práticas de exportação dessas regiões.

A principal idéia da teoria da base de exportação é que as atividades econômicas de uma região podem ser divididas em dois grupos: as atividades básicas e as atividades não-básicas.

As atividades básicas estão relacionadas à produção de um tipo de produto e sua venda além de suas fronteiras. A fonte de crescimento da economia depende, portanto, do desenvolvimento das atividades básicas. O aumento das vendas possibilita a importação de bens ou serviços que não são produzidos na região, o que por sua vez contribui para o crescimento das atividades não-básicas.

As atividades não-básicas ou residenciais são aquelas que servem de apoio para as atividades básicas.



Para North^{*} apud Schwartzman (1977), no processo de desenvolvimento regional, as exportações são de extrema importância para o desenvolvimento de uma região, contudo, não são a única condição para que isso ocorra. Ao analisar o processo de desenvolvimento de uma determinada região, o autor considera que outras variáveis deverão ser analisadas para que as condições de desenvolvimento regional sejam determinadas.

A capacidade de uma região se desenvolver por meio das exportações está condicionada aos seguintes fatores: Demanda externa; produção regional; distribuição dos recursos naturais pelo país; custos de transferências; localização em relação aos mercados; localização em relação aos insumos; custos de processamento; relação k/L ; e estágio de desenvolvimento da região.

Os custos de produção são de grande relevância para a determinação da capacidade de produção, pois vão influenciar o nível de competitividade dos produtos nos mercados consumidores.

Como foi citado anteriormente, as exportações são uma condição necessária para o desenvolvimento regional, mas não suficiente. Segundo North, as condições suficientes seriam a diversificação da base, a elevação do padrão da renda, melhorias na produtividade e redução dos custos de transporte.

Portanto, para que uma região consiga o desenvolvimento econômico por meio das exportações, ela precisa manter ou aumentar o seu volume de exportações por um longo período de tempo. Além disso, também é preciso que as exportações provoquem o surgimento de atividades locais e de novas bases de exportação. A expansão das exportações possibilita a demanda adicional para a produção excedente de alguns setores da economia regional, e isso gera um efeito multiplicador sobre as atividades do mercado interno, constituindo assim, a base para a atividade industrial.

Os custos de produção podem afetar diretamente a competitividade da região no mercado nacional e internacional. Esses custos são influenciados pelos gastos com salários, custos de capital, custos de matéria-prima, custos dos insumos e nível tecnológico. Se a

^{*} NORTH, D.C. Location theory and regional economic growth. 1955



procura e a oferta são favoráveis para o crescimento de uma região de exportação, isso tende a levar a um maior crescimento global, ao aumento do emprego regional e ao aumento dos rendimentos dos habitantes dessa região.

Nas regiões identificadas como fontes de retornos crescentes, a procura das exportações é assumida como sendo uma função da taxa de crescimento da procura mundial e a taxa do crescimento dos preços dos produtos da região em relação aos preços praticados pelo mercado. Este último, depende da taxa de crescimento dos salários menos a taxa de crescimento da produtividade (mudanças de salários por unidades produzidas), que por sua vez será maior quanto mais rápido for o crescimento da produção regional.

O elemento chave desse processo cumulativo e circular está em como um aumento da produção leva ao aumento da produtividade. Essa é a essência da dinâmica dos retornos crescentes que se alicerça esse modelo. O desenvolvimento do capital humano e o avanço tecnológico permitem à região desenvolver uma vantagem relativa. A expansão da produção induz às mudanças tecnológicas, tanto no interior das empresas como em toda uma região, e, os avanços tecnológicos elevam a produtividade do trabalho da região. De uma forma geral, o aumento da capacidade de trabalho de uma região é o resultado de um maior número de trabalhadores qualificados e empreendedores, cujas ações elevam a qualidade geral da região.

As teorias que vislumbram as regiões como Polos de conhecimentos são inspiradas na noção de inovação, com base na economia Shumpeteriana e Evolutiva. A inovação é vista como um processo de aprendizagem interativa em que requer uma série de interações entre os atores, tais como: empreiteiros e subempreiteiros, fornecedores de equipamentos, clientes, laboratórios públicos e privados. O sistema de inovação inclui também instituições de ensino superior, consultorias, serviços técnicos, autoridades estatais e órgãos reguladores. Para a OECD (2003), a vantagem econômica regional impulsionada pela inovação não pode ser obtida apenas pelo desenvolvimento das economias de localização. É preciso também estudar as economias urbanas e as vantagens relacionadas ao tamanho das cidades. Porter* apud OECD (2003), em seu trabalho sobre as estratégias competitivas das empresas, discorreu

* Porter, M., *The Competitive Advantage of Nations*, Free Press, New York, 1990.



sobre a importância dos agrupamentos industriais como forma de aumentar a competitividade de uma região. Nesta obra, Porter define o chamado diamante competitivo. Para ele, a competitividade relativa de cada região depende da existência, do grau do desenvolvimento e interação entre os quatro principais subsistemas do seu diamante (fator de produção, fator de demanda, estratégia e indústrias relacionadas). Deficiências em qualquer um dos elementos que compõe estes quatro subsistemas provocam uma redução da competitividade das empresas e da região. Porter (1993) afirma que para serem competitivas, as empresas devem melhorar continuamente sua eficácia operacional e defende a idéia de que a existência de aglomerados industriais incentiva as empresas a elevarem seu grau de competitividade.

2.2. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES

As causas dos padrões de crescimento divergentes das regiões não são fáceis de identificar e são geralmente decorrentes de uma gama de fatores, e não em razão de um fator isolado. Alguns fatores que contribuíram para a competitividade das regiões são: a) infraestrutura básica; b) infraestrutura tecnológica; c) cultura corporativa; d) gestão tecnológica; e) características da força de trabalho; f) eficiência de gestão; g) número de pedidos de patentes da região; h) despesas das empresas com I&D per capita; i) disponibilidade de capital.

Um quadro estável de políticas macroeconômicas são necessárias para a competitividade, porém, não são suficientes para garantir uma economia próspera. É no aspecto microeconômico que se encontra a chave para resolver os problemas do desemprego e do desenvolvimento econômico regional, oportunizando melhores condições de vida para a população e assegurando a prosperidade econômica.

Boisier (1996) também ressalta a importância do aspecto microeconômico para desenvolvimento regional e da descentralização da tomada de decisões por parte do poder político. "Deve-se acrescentar finalmente, em relação a esse novo cenário contextual, que já não é possível pretender que um país seja competitivo, mantendo estruturas decisórias centralizadas". (Boisier, 1996, p. 118).



Foram identificados os seguintes fatores que tiveram uma forte relação causal com a competitividade econômica: a) aumento das utilizações das tecnologias de informação e comunicação (TICs); b) concorrência nas telecomunicações; c) inovação e difusão de tecnologias por meio do aumento dos investimentos públicos e interação entre empresas e universidades; d) capital humano qualificado, por meio de investimentos na educação formal e profissional; e) Incentivo ao empreendedorismo; f) estabilidade econômica; g) redução dos entraves à concorrência. Empiricamente, percebe-se que as políticas que envolvam as TICs, capital humano, inovação e empreendedorismo, são as que mais têm apresentado resultados positivos a longo prazo.

Tratando-se da competitividade regional, alguns fatores assumem papel relevante no desenvolvimento econômico da região, tais como, os fatores relacionados aos aspectos da infraestrutura do conhecimento, como a presença de instituições de ensino, acesso à habitação e condições favoráveis de segurança pública. A capacidade de articulação da região com seus atores sociais também aparece como um ponto a ser destacado.

As regiões encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento e possuem diferentes estruturas sócio-econômicas, embora possam ser agrupadas em tipos. Isso significa que a importância relativa dos fatores de competitividade irão variar entre os tipos de regiões. Os fatores que têm maior influência sobre a competitividade são: a) níveis de empregos e de produtividade dos empregados; b) concentração de empregos em setores específicos; c) tendências demográficas, como emigração e envelhecimento; d) estoque de capital; e) investimentos em ativos econômicos baseados no conhecimento; f) Infra-estrutura; g) nível e natureza do ensino; h) inovação e registro de patentes. i) educação e formação profissional; j) capacidade inovadora; k) nível de investimento das empresas em ativos fixos; l) desenvolvimento dos Recursos Humanos; m) concentração de empregos com elevado valor acrescentado; n) serviços financeiros; o) altos níveis de Investimentos Estrangeiros Diretos.

Uma região competitiva tende a atrair talentos, ou seja, excelentes profissionais são atraídos para locais com altos níveis de oportunidades. Do mesmo modo, indústrias com altos níveis tecnológicos são atraídas para locais com níveis elevados de talentos humanos. Há uma relação causal entre o aumento da migração do talento humano e a mudança de renda. Porém,



as pesquisas neste campo são cautelosas e necessitam de maiores investigações científicas para delinear a exata relação entre estes fatores.

Ritsilã^{*} apud OECD (2003), realizou um estudo no qual identificou uma forte relação entre a competitividade e a estrutura de rede empresarial e inovação. Cooke^{*} apud OECD (2003) faz uma ligação entre a competitividade regional, a natureza do desenvolvimento econômico e a capacidade da governança regional. Uma estrutura setorial desfavorável aliada à ausência da capacidade inovadora é um dos principais fatores que prejudicam a competitividade de uma região. O mesmo relatório indica que locais com concentração de serviços mercantis são mais suscetíveis de atrair atividade de alto valor e atividades inovadoras, e que a qualificação profissional dos trabalhadores da região e o acesso às habilitações acadêmicas estão intimamente ligadas ao sucesso das atividades econômicas.

A inovação é vista como um processo de aprendizagem interativo que requer uma série de interações entre os agentes regionais públicos e privados. Estudos recentes mostram que o ambiente que rodeia uma empresa é determinante para sua capacidade de inovação e adaptação. Ela é influenciada pelos seus parceiros, concorrentes, clientes, capital humano, conhecimento regional, infra-estrutura, regulamentação e instituições. O conjunto desses fatores combinados podem ser definidos como Sistema Regional de Inovação.

Percebe-se, portanto, a complexidade da competitividade regional. O conceito de competitividade, como já foi mencionado anteriormente, não é um conceito estático. Ao contrário, é um conceito dinâmico e evolutivo. O que foi pesquisado sobre o tema ainda é motivo de controvérsias e confusão conceitual, e as teorias existentes, ainda são frágeis e incompletas. O conceito básico de regiões como locais de produção, está relacionados às regiões com níveis baixos de salários e rendimentos. Tais regiões alicerçam sua produtividade no uso de insumos baratos. Os determinantes da competitividade dessas regiões encontram-se na área da infraestrutura básica e acessibilidade. Isso ocorre em locais de baixo custo, ausência de congestionamentos, preços acessíveis de habitação e mão-de-obra barata.

^{*} RITSILÃ, J. J., 'Regional Differences in Environments for Enterprises', *Entrepreneurship & Regional Development*, 1999, Vol. 11, pp. 187-202.

^{*} COOKE, P. and Morgan, K., *The Associational Economy: Firms, Regions and Innovation*, Oxford University Press, Oxford, 1998.



A noção de região como fonte de retornos crescentes pode ser aplicada em regiões com um elevado crescimento da densidade demográfica e uma estrutura econômica composta por um número reduzido de indústrias que são a fonte da riqueza dessa economia, proporcionando elevados rendimentos e sustentabilidade da região.

O conceito teórico da competitividade das regiões como pontos de conexão de conhecimento se aplica às áreas com uma maior densidade populacional e de elevado e sustentável crescimento do PIB. Normalmente, essas regiões são constituídas por extensas áreas urbanas. Por se tratarem de centros de conhecimento e informações, normalmente tais regiões estão abertas às atividades internacionais. São regiões que oferecem melhores oportunidades de trabalho, atraem talentos humanos devido à possibilidade de ascensão profissional. Também apresentam níveis elevados de I&D, empreendedorismo, formação de novas empresas e atividades de que gerem o registro de patentes.

Porém, a urbanização apresenta também pontos negativos, tais como salários elevados, congestionamentos, aumento da violência e custos altos de habitação e transporte. Contudo, esses fatores podem ser amenizados pela expressiva qualidade dos recursos humanos, pelo acesso aos mercados internacionais, pelo aspecto cultural e acesso à serviços e informações. Essas tipologias de regiões podem ser utilizadas para uma melhor compreensão da competitividade regional. As três concepções de regiões podem resultar em alta produtividade e competitividade, porém, elas têm alicerces produtivos diferentes. As estratégias regionais devem impulsionar determinantes específicos de competitividade que importam para a sua própria base industrial e que oportunize o seu desenvolvimento

2.3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A COMPETITIVIDADE

Albuquerque (2001) comenta que nas últimas décadas, as economias têm sofrido profundas mudanças tecnológicas e organizacionais, que acabam afetando a forma de produção, organização e gestão empresarial, bem como, a regulação sócio-institucional do Estado. Essa reestruturação exige das empresas uma otimização da produção e o aumento de sua competitividade, estimulando o surgimento de novos setores e atividades econômicas e influenciando o declínio de outros setores. Neste contexto, destaca-se a importância da



pequena empresa, principalmente em termos de geração de emprego e considera que sem políticas adequadas para as micro e pequenas empresas nos diferentes sistemas locais, qualquer estratégia de desenvolvimento econômico tende a ficar limitado. As micro e pequenas empresas ocupam um papel de destaque na produção local e na geração de renda, contribuindo de forma significativa para o crescimento econômico. Isso leva a uma real necessidade dos governos locais de estabelecerem políticas específicas de atenção aos problemas desse segmento empresarial.

Bianchi (1996), ao tratar da competitividade das pequenas empresas, comenta que estas se tornam competitivas quando avançam na sua especialização, reunindo conhecimento tecnológico, mercadológico e organizacional.

Albuquerque (2001) cita que um dos elementos principais para garantir o processo de inovação produtiva e empresarial é a disponibilidade de recursos humanos, e que a disponibilidade de recursos humanos qualificados requer tempo e investimentos, principalmente quando se precisa incorporar os elementos específicos do perfil produtivo concreto. A capacitação dos recursos humanos não produz efeito imediato, o que desestimula as empresas a investirem nesse tipo de ação, principalmente tratando-se de micro e pequenas empresas, que normalmente não possuem recursos financeiros para tanto. É por meio da qualidade dos recursos humanos que se promove uma combinação eficiente de recursos e fatores de produção, levando a uma diminuição dos custos de produção e aumento da qualidade dos produtos e serviços. Isso amplia a capacidade produtiva e a competitividade das empresas e da região. Para Albuquerque (2001), quando uma empresa adota inovações tecnológicas ela incorpora novas técnicas que acabam modificando o sistema de produção, o que normalmente conduz a incrementos de produtividade, redução de custos operacionais e melhorias no sistema de comunicação e transporte. Um outro aspecto relevante é a elevação dos níveis de qualidade e variedade na oferta de produtos e serviços. Todos esses fatores estimulam o crescimento econômico. As inovações tecnológicas são parte das transformações sociais e institucionais, e, portanto, exigem melhorias gerenciais e organizacionais nas empresas e na administração pública. Isso inclui novos métodos de gestão de pessoas, melhorias nas condições de trabalho, aperfeiçoamento do sistema motivacional e gestão participativa. O êxito competitivo depende dessas melhorias organizacionais e mudanças



sociais e culturais que possibilitem a criação de redes de comunicação que busquem aumentar a qualidade dos produtos e serviços, dinamizar o potencial criativo da equipe de trabalho e atender às exigências dos consumidores.

Como se pode observar, a competitividade regional depende de vários fatores e seus determinantes principais estão relacionados ao capital humano, capital social, capacidade de gestão, avanços tecnológicos, infra-estrutura, capacidade da governança local, disponibilidade de capital e acesso às tecnologias de informação e comunicação. (TIC).

As informações contidas no Relatório da OECD e as contribuições dos demais autores auxiliam na melhor compreensão sobre a produtividade e competitividade das regiões. Isso pode auxiliar na compreensão da produtividade das empresa de uma determinada região e dos fatores que podem contribuir para o aumento da competitividade da mesma, oportunizando a verificação de quais atividades são capazes de gerar o crescimento dos empregos e gerar altos níveis salariais para os trabalhadores da região.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando-se de fontes secundárias e principalmente do material elaborado pela Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As regiões apresentam níveis diferentes de competitividade tanto no cenário nacional como no cenário internacional. Os elemnetos capazes de promover e manter a competitividade de uma região estão relacionados á sua produtividade, que por sua vez, depende de alguns fatores, tais como, a qualidade dos recursos humanos existentes na região, a infraestrutura disponível, os recursos tecnológicos e de comunicação, o tecido empresarial; os avanços da ciência e tecnologia e a disponibilidade de capital existente. Também os



aspectos de gestão e de inovação, tanto no âmbito público como privado, são componentes importantes na definição da competitividade de uma região.

As três tipologias de regiões (regiões como locais de exportação e de especialização na fabricação de um determinado tipo de produto; regiões como fontes de retornos crescentes; regiões como pontos de conexão de conhecimento) são modelos que adotam estratégias diferentes para promover o desenvolvimento regional, porém, todas podem resultar em alta produtividade e competitividade, embora tenham alicerces produtivos distintos, indicando que cada região deve encontrar sua vocação econômica e utilizar a tipologia mais adequada à sua realidade para impulsionar sua própria produtividade e competitividade regional.

5. REFERÊNCIAS

- AVELAR, J.M.B. A escassez de mão-de-obra especializada e seu impacto na competitividade do pólo do vestuário de Cianorte no período de 2003 a 2007. (Dissertação de mestrado). Curitiba, UFPR, 2009.
- ALBURQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga, Rio de Janeiro, BNDS, 2001.
- BAPTISTA, J. R. V. **Relações socioeconômicas em rede**: a governança no Arranjo Produtivo do Vestuário de Cianorte no Estado do Paraná. (Dissertação de Mestrado) Curitiba, UFPR, 2005.
- BECKER, F; BANDEIRA, P. **Desenvolvimento local e regional**: Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BIANCHI, P. **Nuevo enfoque em el diseno de políticas para las P&MEs**: Aprendiendo de la experiencia europea. Buenos Aires: Cepal, 1996 (Documento de trabajo 72).
- BOISIER, S. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: entre a caixa-preta e o projeto político. Revista Planejamento e Políticas Públicas nº 13 - jun. de 1996
- ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **A Study on the factors of regional competitiveness**: A draft final report for the European Commission Directorate-General regional policy. University of Cambridge, 2003.
- PERROUX, F. **O conceito de Polo de crescimento**. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia Regional. Textos Escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.



VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam



PORTER, M., **A Vantagem Competitiva das Nações**. Tradução de Waltensir Dutra. Campus: Rio de Janeiro, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSTOW, *The Stages of Economic Growth*, Cambridge University Press, 1960.

SCHWARTZMAN, J. **Economia regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.